

## Memória da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR — 13/06/2023

1  
2  
3 Ao décimo terceiro dia do mês de Junho de 2023 às 09h00 em formato híbrido,  
4 presencialmente na Sala de Reuniões do 5º Andar, Ala B do Palácio das Araucárias em  
5 Curitiba (PR) e *online*, realizado por meio da plataforma da CELEPAR, deu-se início à  
6 Reunião Ordinária do mês de Junho de 2023 do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e  
7 Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná —  
8 CIAMPRua/PR. Fizeram-se presentes: **Representantes Titulares Governamentais:** Dulce  
9 Darot (SEJU/CODIHC); Delvana Lúcia de Oliveira (SEED); Cláudio Marques Rolin e Silva  
10 (SESP); Victor Gabriel Barth (SETR). **Representantes Suplentes Governamentais:** Patrícia  
11 Cavichiolo Tortato (SEDEF). **Representantes Titulares da Sociedade Civil:** Nazaré de  
12 Campos Stihaenco (Ação Social Diocesana Bom Samaritano Procopense); Leide Daiana  
13 Furlanetto (Casa de Acolhida Filhos Prediletos – Campo Mourão); Leonildo José Monteiro  
14 (MNPR/PR); Júlia Stefania Bezerril Miranda (OAB/PR). **Representantes Suplentes da**  
15 **Sociedade Civil:** Bruna Thais da Rocha Hayashi Monteiro (Associação Beneficente Davi  
16 Muller – Cianorte); entrou no início e logo saiu, justificando sua saída por precisar fazer  
17 atendimento urgente na unidade de trabalho, justificando a não participação da posse. E o  
18 Maurício que era o titular, não está mais na Instituição – Portanto a Instituição não participou  
19 da Posse. **Autoridades Presentes:** Hilton Santin Roveda (Secretário de Estado da Justiça e  
20 Cidadania); Viviane da Paz (Diretora de Gabinete - SEJU). **Convidados (as) Especialistas,**  
21 **Parceiros, Colaboradores (as):** Angélica Rein (SEJU/CODIHC – Secretária Executiva  
22 CIAMPRua/PR); Keiko Rosana de Souza Sato (SEJU/CODIHC – Residente Técnico de  
23 Direito); Giovana (MPPR); Matheus Mafra (NUCIDH/DPPR); Taísa da Motta Oliveira  
24 (NUCIDH/DPPR); Rafael Rossato (SEJU/CODIHC — Residente Técnico de Sociologia);  
25 Andreia Corat (SEJU); Jandira Maria Vieira (Assistente Social — DPSE); Riceli Tomaz  
26 (Coordenadora do CREAS Pinhais); Haliston Ramirez (Centro Pop Colombo); Herrite Flores  
27 (Psicóloga – Centro Pop Colombo); Daniele (SEMAS/SJP); Mariluci (SMAS Londrina);  
28 Mary (Centro Pop Cascavel); Patrícia (CREAS Pinhais); Cláudia Ferreira Alves (Associação  
29 Beneficente Davi Muller – Cianorte). **Justificativa de Ausência:** Rosane Souza Freitas e  
30 Lucimar (SESA) justificaram suas ausências devido ao período de férias da Lucimar de  
31 Godoy, e uma agenda da Secretaria de Saúde no mesmo horário, pela Rosane; Vanessa Lima  
32 e Rafaella Riesember (Mãos Invisíveis) justificaram sua ausência por estarem doentes; Isabel  
33 Benvenuti da COHAPAR justificou ausência por estar em férias. Não houve justificativa da  
34 ausência de Rafael Borba. Bruna Monteiro (da Instituição Davi Muller) justificou sua  
35 ausência para realizar atendimentos na Instituição. **01. Abertura:** A princípio, a  
36 Coordenadora deste colegiado, Dulce, saudou a todos presentes e em seguida, informou que  
37 agora, o quórum mínimo para abertura é 50% + 1, e como haviam 07 (sete) membros  
38 presentes, dos 12 (doze) do total, deu abertura à Reunião Ordinária do mês de Junho do

39 Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em  
40 Situação de Rua do Estado do Paraná. **2. Aprovação da Pauta:** Angélica compartilhou a  
41 pauta para visualização de todos (as) e realizou sua leitura completa para prosseguir à  
42 aprovação. Matheus sugeriu que fosse pautada uma manifestação do CIAMP referente ao PL  
43 que estava tramitando em Curitiba referente à entrega de alimentação na Região Central.  
44 Dulce informou que receberam a notícia da Sociedade Civil de que a Prefeitura tinha decidido  
45 em dar continuidade na distribuição de alimentos — a pauta foi inserida nos informes gerais  
46 para aprofundar o debate. Assim, após a leitura, Angélica colocou a pauta e a inclusão em  
47 aprovação do pleno — sem ressalvas, aprovado por unanimidade. **3. Memórias para**  
48 **conhecimento, análise e aprovação:** Angélica deu prosseguimento às aprovações. **3.1.**  
49 **Memória Reunião Ordinária Abril 2023:** Angélica apresentou a memória e informou que  
50 todas as memórias foram encaminhadas com antecedência para leitura de todos (as). Dulce  
51 acrescentou que, as três memórias, ainda não haviam sido trazidas ao pleno porque estavam  
52 sem revisão, porém, ainda seria possível realizar alterações pelos membros. A seguir,  
53 Angélica colocou-a em aprovação do pleno — sem ressalvas, memória aprovada por  
54 unanimidade. **3.2. Memória Reunião Extraordinária Abril 2023:** Angélica compartilhou a  
55 memória para visualização de todos (as) e indagou se haviam alterações. Sem manifestações,  
56 colocou-a em aprovação de pleno — sem ressalvas, aprovada por unanimidade. **3.3. Memória**  
57 **Reunião Ordinária Maio 2023:** Por fim, Angélica apresentou a memória e questionou se  
58 haviam alterações a serem feitas no documento. Sem manifestações, colocou-a em aprovação  
59 do pleno — sem ressalvas, foi aprovada por unanimidade. **4. Capacitação:** Angélica deu  
60 início à capacitação passando a palavra para a Patrícia (SEDEF). **4.1. SEDEF - Assistência**  
61 **Social:** Primeiramente, Patrícia apresentou-se brevemente, ela que é Técnica da Assistência  
62 Social da Coordenação da Política de Assistência Social na Divisão de Proteção Social  
63 Especial, Psicóloga de formação e atua na Média e Alta Complexidade. Em seguida, Patrícia  
64 apresentou os seguintes *slides* com informações primordiais da Assistência Social — os  
65 comentários adicionais aos slides estarão logo após: “**Slide 01:** *O que é Assistência Social? A*  
66 *Assistência Social é uma política pública, um direito de todo cidadão que dela necessitar.*  
67 *Garantia de algumas seguranças de sobrevivência (rendimento e autonomia), de convívio*  
68 *familiar e comunitário e da acolhida. Princípios norteadores: atendimento as necessidades*  
69 *sociais, a universalização dos direitos, o respeito à dignidade do cidadão, à autonomia e ao*  
70 *direito a benefícios e serviços de qualidade, sem comprovação vexatória dos usuários ou*  
71 *discriminação de qualquer forma. PNAS – aprovada em 2004 pelo CNAS por meio da*  
72 *Resolução nº 145. Slide 02:* *Legislação: Constituição Federal de 1988; LOAS – Lei Orgânica*  
73 *de Assistência Social (1993); base materializada pela PNAS ; PNAS – Resolução nº 145*  
74 *(2004); NOB-RH/SUAS (2006); Tipificação dos Serviços Socioassistenciais Resolução nº 109*  
75 *(2009); NOB/SUAS – Norma Operacional Básica (2012); NOB-RH/SUAS (2006). Slide 03:*  
76 *Público Atendido: Pessoas em situação de vulnerabilidade de risco pessoal ou social;*

77 *Pessoas em situações de contingências sociais; Famílias, mulheres grávidas, crianças,*  
78 *adolescentes e idosos; Adolescentes em conflito com a Lei; Pessoas com deficiência;*  
79 *População em situação de rua; Crianças em trabalho infantil; Migrantes; Povos e*  
80 *comunidades tradicionais. **Slide 04:** O SUAS é um sistema público, não-contributivo,*  
81 *descentralizado e participativo, destinado à gestão da Assistência Social, através da*  
82 *integração das ações dos entes públicos responsáveis pela política socioassistencial e das*  
83 *entidades privadas de assistência social. **Slide 05:** Proteção Social Especial – AC;*  
84 *Acolhimento Personalizado; Resgate de Convívio; Proteção Social Especial – MC;*  
85 *Acompanhamento Especializado, Prevenção da Institucionalização, Mudanças em padrões de*  
86 *relacionamento; Proteção Social Básica (PSB); Prevenção, Fortalecimento de vínculos. **Slide***  
87 ***06:** Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Proteção Social Básica/Referência CRAS. a)*  
88 *Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e*  
89 *Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas*  
90 *com deficiência e idosas. Proteção Social Especial/Referência CREAS. Média Complexidade:*  
91 *a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); b)*  
92 *Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes*  
93 *em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de*  
94 *Serviços à Comunidade (PSC); d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com*  
95 *Deficiência, Idosas e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de*  
96 *Rua. Alta Complexidade: a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes*  
97 *modalidades: - Abrigo institucional;- Casa-Lar; - Casa de Passagem; - Residência Inclusiva.*  
98 *b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;*  
99 *d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. **Slide 07:***  
100 *Unidade de Referência da Assistência Social no PR: 661 Centro de Convivência; 570 CRAS*  
101 *nos 399 Municípios; 76 Postos de Cadastramento do CadÚnico; 608 Acolhimentos*  
102 *Municipais; 02 Acolhimentos Estaduais; 129 Família Acolhedora; 201 Acolhimentos*  
103 *gerenciados pelo Estado; 195 CREAS em 184 Municípios; 266 Centros-Dia e similares e 19*  
104 *Centros-Pop. **Slide 08:** Serviços População de Rua Confinanciados. Média Complexidade:*  
105 *Serviço Especializado em Abordagem Social Del. CEAS nº 51/2016 / 20 municípios. Centro*  
106 *de Referência Especializado para População em Situação de Rua. PPAS II / 15 municípios /*  
107 *17 unidades. Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em*  
108 *Situação de Rua. Del. CEAS nº 51/2016 / 20 municípios. Serviço de Acolhimento Institucional*  
109 *para Adultos e Famílias - PPAS V. 04 (quatro) municípios: Curitiba , Foz do Iguaçu,*  
110 *Londrina e Ponta Grossa. Serviço de Acolhimento Institucional Adultos e Famílias*  
111 *modalidade Casa de Passagem Regionalizada. (com foco em migrantes e refugiados)*  
112 *Deliberação nº 30/2018 CEAS/PR) / Foram priorizados dois (02) municípios estratégicos no*  
113 *estado – Curitiba e Foz do Iguaçu. **Slide 09:** Repasses Continuados. FEAS para FMAS/FNAS*  
114 *para FMAS/FNAS para FEAS para FMAS; Valor total do orçamento: R\$7.855.502,40 (sete*

115 milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e dois reais e quarenta centavos);  
116 Autonomia dos municípios para gerenciar os recursos elencando suas prioridades e  
117 demandas; Recursos na sua rede socioassistencial – governamental e não governamental  
118 (OSC – Respeitando a Lei do Marco Regulatório nº 13.019) e aprovando no CMAS. **Slide 10:**  
119 Avanços. Municípios cofinanciados de modo continuado; Inclusão na rede de serviços,  
120 benefícios, programas; Cadastro único: 10.801 pessoas (abril 2023); Proposta de revisão das  
121 deliberações; Portaria nº 886, de 18 de maio de 2023, Mins. do Desenvolvimento Social,  
122 Família e Combate a Fome: recursos extraordinários. Link para Live:  
123 <https://www.youtube.com/watch?v=CFgOGrJIqLk> Blog REDESUAS:  
124 <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>. **Slide 11:** Desafios: Estigmas/preconceitos; Participação  
125 das demais políticas públicas – articulação intersetorial; Dificuldades de execução do  
126 recurso nos municípios; Crescimento da população em situação de rua. **Slide 12:**  
127 Orientações Técnicas: Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social –  
128 CRAS, 2009. Orientações Técnicas Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
129 – CREAS, 2011. Orientações Técnicas Centro de Referência Especializado para População  
130 em Situação de Rua – CENTRO POP, 2011. Perguntas e Respostas - Serviço Especializado  
131 em Abordagem Social: SUAS e População em Situação de Rua, Vol. IV, 2013. **Slide 13:** Velha  
132 calçada “Velha calçada, Aqui me despeço depois de muito tempo. Confesso que vou sentir  
133 saudades, Pois foi você quem mais presenciou momentos ruins em minha vida. Lembra  
134 aquele dia em que eu não tinha onde dormir? Pois você deu um jeito e dormimos juntos. E  
135 aquele dia em que eu desmaiei por sentir fome? Então você me segurou e esperou até que a  
136 emergência chegasse. E depois que sai do hospital, você ainda me esperava. Obrigado, velha  
137 calçada!” Poema de Gilberto Camporez - esteve em situação de rua e escritor). Obrigada!  
138 Técnica: Patricia Cavichiolo Tortato: DPSE 41-32102720. Chefia: Paula Cristina  
139 Calsavara. Coordenação da Política de Assistência Social : Renata Mareziuzek.”. Após a  
140 apresentação dos slides, o Secretário Santin Roveda chegou à reunião e o ponto Nº 5 foi  
141 antecipado. Após a posse e retornar à pauta, Giovana realizou dois questionamentos para  
142 Patrícia, o primeiro foi qual era seu pensamento relativo à capacidade técnica dos municípios  
143 e como o Estado tem procurado tratar para que os recursos sejam aderidos rapidamente. A  
144 segunda questão levantada por Giovana foi com relação ao CadÚnico, onde recentemente em  
145 um mutirão feito pelo TJ observou a dificuldade de incluir as pessoas — questão apontada por  
146 uma Educadora —, onde na ausência de documentação não se faz o cadastro e por isso,  
147 gostaria de informações e quais são as orientações do Estado neste sentido. Em relação às  
148 capacitações, Patrícia respondeu que identifica uma recorrente troca de técnicos (as) —  
149 inclusive no Cadastro Único —, sendo necessária uma capacitação recorrente devido à  
150 descontinuidade dos (as) profissionais. A nível de Estado há as mesmas dificuldades que os  
151 municípios e é um alerta que vem sendo refletido para buscar soluções e melhorias nas  
152 capacitações. Em relação ao CadÚnico, Patrícia informou que houve uma capacitação a nível

153 Federal para os (as) Cadastradores (as) Estaduais e ela será repassada para os municípios,  
154 sendo necessário foco na questão da PSR e suas especificidades — como a ausência de  
155 documentos. Leonildo destacou a importância de compreender as dificuldades de  
156 preenchimento do formulário de cadastramento do CadÚnico, onde às vezes, o (a) técnico (a)  
157 acabam não explicando direito e falta formação adequada para esses (as) funcionários (as) da  
158 ponta dificulta o processo, além disso, informou que nos dias 17, 18 e 19 de Agosto  
159 acontecerá um Mutirão em Curitiba com o Sistema de Justiça Federal, Segurança Pública e o  
160 Governo do Estado. Além do Mutirão em Curitiba, Leonildo sugeriu que o CIAMPRua  
161 fomentasse a ideia dos municípios do interior realizarem mutirões nos mesmos dia. Taísa  
162 destacou a importância dos (as) trabalhadores (as), principalmente educadores sociais, terem  
163 uma vivência de rua, pois auxiliaria muito na questão da mobilidade e capacitação dos  
164 técnicos em relação à PSR. Ademais, Taísa pontou que espera que o Estado consiga avançar  
165 nessa discussão e forneça orientações na contratação dos técnicos, por fim, indagou para  
166 Patrícia sobre a previsão de unificação dos pisos e a opinião dela na ótica na PSR, pois  
167 atualmente há municípios devolvendo recursos destinados aos equipamentos dessa população,  
168 portanto, questionou se com um aumento essas práticas não poderiam aumentar. Patrícia  
169 respondeu que os municípios não devolvem o dinheiro, apenas não recebem naquele trimestre  
170 por estarem com um saldo acima do permitido e quando o saldo é utilizado, voltam a receber  
171 normalmente nos próximos trimestres. Em relação ao piso, Patrícia indicou que há o PPS1  
172 que é direcionado aos municípios de pequeno porte e pode ser utilizado para qualquer serviço  
173 da Assistência Social e, sempre que analisou a distribuição, verificou que é realizada de forma  
174 equânime para todos os serviços, mas que sim, caberia uma avaliação pelas Chefias,  
175 Secretários e Conselhos deste tópico. **4.2. SESP — Segurança Pública — Delegado**  
176 **Cláudio Marques:** Dando sequência à capacitação, Cláudio Marques primeiramente  
177 brevemente se apresentou, ele que é Delegado de Polícia há muitos anos e participa de  
178 diversos Conselhos de Direitos do Estado do Paraná. A princípio, Marques informou que  
179 foram contratados de uma única vez cerca de 150 Delegados e o Estado estava conseguindo  
180 avançar em diversos pontos, como na realocação de cerca de 10 mil presos que estavam em  
181 Delegacias, uma prática que afrontava os Direitos Humanos tanto dos presos, quanto dos  
182 policiais e dos usuários, pois a ideia é de que a Delegacia de Polícia seja um Escritório de  
183 Investigação e um Centro de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos, não um presídio.  
184 Assim, com a retirada de presos, foi avançado para um segundo ponto, como em 2019 em que  
185 foi reestruturado o Núcleo de Direitos Humanos e Proteção da Pessoa Idosa e Vulneráveis,  
186 onde, pela primeira vez foi designado um Delegado específico para essa função e dois  
187 investigadores — anteriormente era somente um. Marques relatou que, ao participar dos  
188 Conselhos de Direitos, verificou que estes cobravam a realização de Seminários de Direitos  
189 Humanos, portanto, foi realizado o primeiro Seminário em Junho de 2022 em homenagem aos  
190 grupos de vulneráveis e a população LGBT, e agora, no dia 15 de Junho de 2023 será em

191 homenagem às Pessoas Idosas, pois será no Dia Mundial de Conscientização de Prevenção da  
192 Violência Contra a Pessoa Idosa. Ademais, haverá o 3º Seminário que deve acontecer no 2º  
193 Semestre de 2023 atendendo ao que os Conselhos Estaduais definiram como política pública.  
194 Em relação à denúncia apresentada anteriormente, Marques indicou que já estavam sendo  
195 realizados alguns levantamentos na Subdivisão de Estatísticas para identificar algumas  
196 questões e destacou que, em todo local de crime comparece a Equipe Policial e Delegado, mas  
197 nada impede que ocorra uma ocultação de cadáver. Além disso, Marques relatou que outro  
198 ponto que estava sendo discutido na SESP — principalmente por parte da Polícia Judiciária  
199 — era a elaboração da Cartilha Unificada de Orientação, inclusive em outros idiomas para ser  
200 consumida também por migrantes e refugiados que muitas das vezes desconhecem seus  
201 direitos. Marques indicou que há casos em que a pessoa em situação de rua chegam aos locais  
202 em condições extremamente vulneráveis e com risco de suicídio, situações muito delicadas e  
203 que devem ser analisadas falhas do atendimento para garantir a integridade das pessoas, sendo  
204 necessário compreender que direitos humanos são conflitantes e quando se lida com uma  
205 violação de direitos humanos, no lado violador também há uma pessoa que é um ser humano e  
206 merece respeito, pois por exemplo, o fato de uma mãe que tem um filho dependente químico  
207 somente saber que ele está sendo acolhido em uma casa e não está na rua é de uma  
208 importância enorme. Além disso, Marques informou que estava sendo avaliada a  
209 possibilidade de implantação de um Boletim de Atendimento Social, pois a Polícia geralmente  
210 é apontada como violadora de direitos humanos e em quase 50 anos de democratização foi a  
211 única instituição que não conseguiu avançar em matéria de direitos humanos, sendo essa uma  
212 impressão da população sobre as forças policiais, algo errôneo porque na prática houve  
213 muitos avanços. O Boletim de Atendimento Social poderia ser registrado em qualquer órgão  
214 público para que os cidadãos possam informar quais dificuldades estão enfrentando e para que  
215 haja o monitoramento de quando a situação foi trazido ao Estado para medir a qualidade da  
216 política pública prestada através dos indicadores produzidos. Em seguida, Marques informou  
217 que na Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) há a instalação das Salas Especiais  
218 de Acolhimento que servirão de modelo para todo Paraná a partir da pretensão de que esse  
219 espaço seja instalado em todas as Delegacias. Outro aspecto que vêm sendo aprimorado é a  
220 padronização da abordagem policial, pois é muito endurecida e muita das vezes  
221 constrangedora à população, adequando-a para qualquer pessoa e para que ela se sinta tão  
222 constrangida, conscientizando os policiais para que se coloquem no lugar do cidadão. Por fim,  
223 Marques destacou que a DHPP monitora situações em todo o Estado e o intuito é de que a  
224 Rede de Proteção de Vulneráveis funcione de maneira conjunta, para isso, o fluxo de  
225 informações entre os órgãos necessita de melhorias no compartilhamento dos casos. Taísa  
226 perguntou se o Boletim de Atendimento Social já estava em funcionamento e de que forma  
227 daria sua execução. Marques respondeu que estava em fase inicial de estudo e conforme  
228 houver avanços, traria ao conhecimento do Comitê. **5. POSSE DOS MEMBROS DO**



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO  
MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ



229 **CIAMPRUA/PR, pelo Exmo. Sr. Santim Roveda – Secretário de Estado da Justiça e**  
230 **Cidadania – SEJU:** A princípio, o Secretário de Justiça e Cidadania, Santin Roveda, saudou  
231 a todos e todas que estavam acompanhando a reunião e destacou que a SEJU possui o viés  
232 em prol das populações mais vulneráveis com intuito de garantir suas cidadanias.  
233 Consequente, dando início ao processo de posse, Santin Roveda, informa que através do  
234 [Decreto 2172/2023 do CIAMPRua/PR](#), Gestão 2023-2024, em que foram nomeados pelo  
235 Governador do Estado do Paraná, Carlos Massa Ratinho Jr, e agora, ele, Santin Roveda,  
236 investindo de sua autoridade de Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, deu posse aos  
237 (as) seguintes nominados (as) neste ato oficial: **Governmentais:** Titular — DULCE MARIA  
238 DAROLT – RG 913.191-4 e Suplente — ANA CRISTINA DALLA LASTA – RG  
239 13.913.584-9 (ausente por estar exonerada), ambas representando a Secretaria de Estado da  
240 Justiça e Cidadania; Titular — CLAUDIO MARQUES ROLIN E SILVA - RG nº 4.046.655-  
241 0 e Suplente — DANILO ALEXANDRE MORI AZOLINI -RG nº 9.527.829-9, ambos  
242 representando a Secretaria de Estado da Segurança Pública; Titular — VICTOR GABRIEL  
243 BARTH SCHIERLING – RG nº 13.228.597-7, representando Secretaria do Trabalho,  
244 Qualificação e Renda e Suplente — PATRÍCIA CAVICHILO TORTATO – RG: 6.212.755-  
245 4, representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família; Titular —  
246 DELVANA LÚCIA DE OLIVEIRA - RG nº 4.331.389-4 e Suplente — ELCIANA  
247 GOEDERT - RG nº 4.604.127-5, ambas representando a Secretaria de Estado da Educação;  
248 Titular — ROSANE SOUZA FREITAS – RG 13.753.720 (ausente) e Suplente — LUCIMAR  
249 PASIN DE GODOY – RG 1.941.634-8 (ausente) ambas representando a Secretaria de Estado  
250 da Saúde; Titular — ISABEL MARIA GOUVEIA BENVENUTTI – RG 3.268.152-2 PR  
251 (ausente) e Suplente — RAFAEL DE LIMA BORBA – 7.067.837-3 (ausente), ambos  
252 representando a Companhia de Habitação do Paraná. **Sociedade Civil:** Titular —  
253 LEONILDO JOSE MONTEIRO FILHO, RG nº 10.492.249-0 e Suplente — CARLOS  
254 HUMBERTO DOS SANTOS, RG nº 5.968.641-0, ambos representando o Movimento  
255 Nacional da População em Situação de Rua; Titular — NAZARÉ DE CAMPOS  
256 STIHAIENCO, RG nº 2.003.586-2 e Suplente — ANDERSON CRISTIANO DE ARAÚJO,  
257 RG nº 7.672.355-9, ambos representantes da Ação Social Diocesana Bom Samaritano  
258 Procopense – CNPJ: 78.028.289/0001-44; Titular — MAURÍCIO PINHEIRO DE JESUS  
259 JUNIOR, RG nº 10.321.912-4 (ausente), e Suplente — BRUNA THAIS DA ROCHA  
260 HAYASHI MONTEIRO, RG nº 10.920.909-0 (ausente) ambos representando a Associação  
261 Beneficente Davi Muller – CNPJ: 10.340.470/0002-39; Titular — JULIA STEFÂNIA  
262 BEZERRIL MIRANDA - RG nº 12.669.929-8 e Suplente — GIOVANA PREZUTTI  
263 DEDARDI, RG nº 967698-9, ambas representando a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção  
264 Paraná – CNPJ: 77.538.510/0001-41; Titular — VANESSA DE SOUZA LIMA  
265 DALBERTO, RG nº 5.582.374-2 (ausente) e Suplente — RAFAELLA RIESEMBERG DE  
266 SOUZA, RG nº 12.418.699-4 (ausente), ambas representando a Associação Mãos Invisíveis –

267 CNPJ: 32.297.003/0001-25; Titular — LEIDE DAIANA FURLANETTO, RG nº 8.300.337-5  
268 e Suplente — ELLEM MARTINS DE AZEVEDO, RG nº 26.762.290-0, ambas representando  
269 a Casa de Acolhida Filhos Prediletos - CNPJ: 05.334.779/0007-90. Por fim, após a posse,  
270 Angélica apresentou o Certificado da Posse para visualização de todos (as) e realizou a leitura  
271 da redação exposta. Dulce indicou que os Certificados seriam corrigidos e encaminhados por  
272 e-mail para todos (as) e, caso queiram, os Certificados podem ser impressos e encaminhados  
273 pelos Correios. **6. Denúncia:** Após a posse, uma pessoa relatou que estava com uma  
274 emergência referente às denúncias recebidas sobre a Vila Torres, onde estava acontecendo um  
275 extermínio da população em situação de rua pelo crime organizado, que recentemente  
276 assassinou três pessoas espancadas. Nesta semana, a (o) denunciante recebeu novamente  
277 ligações de pessoas que moram no local relatando que uma das pessoas ameaçadas pelo  
278 tráfico foi espancada e cinco criminosos sumiram com o seu corpo. Portanto, a pessoa indicou  
279 que trouxe essa denúncia para o CIAMPRua no intuito de encaminhá-la da melhor maneira  
280 aos demais espaços — como a DPPR, SESP, CAOP, MPPR e outros — que possam articular  
281 e agir — em caráter sigiloso — na cessão deste extermínio que vêm ocorrendo na Vila Pinto  
282 em Curitiba. Em uma breve análise, essa pessoa verificou que somente neste ano, quase 20  
283 pessoas em situação de rua foram assassinadas no Estado do Paraná, um número altíssimo e  
284 totalmente atípico, uma crescente e absurda violência na cidade de Curitiba. Ademais,  
285 destacou que, além do extermínio, essa ascensão da violência do crime organizado pode  
286 resultar em uma condição semelhante a São Paulo, onde o crime ocupa espaços públicos e  
287 governamentais, tornando ainda mais difícil a atuação em prol da defesa e garantia de direitos.  
288 Ademais, solicitou que o Paraná focasse na reinserção social de egressos (as) do Sistema  
289 Prisional, pois geralmente a pessoa sai somente com a roupa do corpo sem qualquer auxílio,  
290 assim, alguns recorrem ao crime para conseguir sobreviver e acabam sendo presos ou mortos.  
291 Santin solicitou que as demandas fossem protocoladas na Secretaria e indicou que juntamente  
292 à SESP a observariam com bastante atenção. **7. CIAMPRua Curitiba – Implementar**  
293 **Campanha de Conscientização e Enfrentamento da Violência Contra a População em**  
294 **Situação de Rua – Sra. Grace Puchetti – Coordenadora do Comitê:** Em um primeiro  
295 momento, Grace saudou todos (as) e deu os parabéns aos novos membros do CIAMPRua/PR,  
296 desejando uma gestão profícua e de muito sucesso nos projetos em prol das pessoas em  
297 situação de rua. A seguir, Grace ressaltou a violência crescente contra às pessoas em situação  
298 de rua, não somente a violência física, mas também a psicológica e relatou que quando é  
299 implementado um projeto ou ampliada uma ação para a PSR, também há o desentendimento  
300 da Sociedade Civil de que essas pessoas não são “merecedoras” destes projetos, acolhimentos,  
301 espaços e atendimentos e, muitas vezes, com argumentos de que essas pessoas devem sair do  
302 Centro da Cidade ou retiradas compulsoriamente. Diante destes fatos, Grace indicou que veio  
303 a este pleno solicitar que, de forma conjunta, possa ser implementada uma Campanha de  
304 Enfrentamento da Violência Contra a População em Situação de Rua, pois com uma



305 articulação entre os espaços Municipais e Estaduais há uma conquista de maior visibilidade e  
306 atingem de forma unificada seus objetivos. Patrícia sugeriu que fosse analisada a criação de  
307 um Grupo de Trabalho ou uma reunião específica para traçar as estratégias e construir essa  
308 campanha. Além disso, Grace informou que com relação ao CadÚnico, há a ampliação de  
309 novos profissionais para que consigam ampliar o quadro de pessoas que possuem essa  
310 *expertise* no cadastramento, bem como a realização de novos mutirões. Matheus sugeriu que a  
311 Campanha não se limitasse apenas às violências físicas praticadas, mas também as  
312 institucionais que podem acontecer nos municípios, como a realocação de PSR de um  
313 município para outro ou do centro para as regiões marginais como vem sendo relatado nas  
314 reuniões do Comitê, por isso, o CIAMPRua/PR poderia elaborar um documento orientativo  
315 sobre as violências que a PSR está sujeita a ser encaminhado para todos (as) municípios. **8.**  
316 **Aprovação da NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 001/2023 – CPAS/SEDEF/PR E**  
317 **CIAMPRUA/PR – Sobre FLUXOS PSR:** Angélica compartilhou a Nota Técnica para  
318 visualização de todos (as) e Dulce informou que ela foi construída no fim de 2021, sendo  
319 renovada e atualizada para 2023 a ser aprovada em plenária anteriormente ao  
320 encaminhamento para a Rede, Prefeituras e demais órgãos e instituições. Giovana sugeriu  
321 uma correção na página nº 8 no trecho: “*Nos casos em que a pessoa ser proveniente de outra*  
322 *localidade, que não pertença ao município, orienta-se a ser possibilitado o retorno [...]*”  
323 alterando-se “ [...] *seja proveniente de outra localidade...*” e “[...] *a ser possibilitado o*  
324 *retorno se houver a concordância do usuário...*”. Taísa solicitou que nas Considerações  
325 Finais seja explicitada a questão da autonomia do usuário e que seja alongado o prazo para  
326 leitura e considerações no documento, pois nem todas (os) conseguiram contribuir  
327 completamente na construção da Nota Técnica — Matheus ressaltou a sugestão e solicitou  
328 que seja encaminhado em .docx e não .pdf. Dulce questionou o pleno sobre a sugestão da  
329 Taísa em alongar o prazo de aprovação — sem manifestações, sugestão aprovada por  
330 unanimidade. Portanto, a Nota Técnica Conjunta Nº 001/2023 será encaminhada por *e-mail*  
331 para os membros, especialistas e os municípios, que devem responder a mensagem com as  
332 potenciais adequações que acreditam serem pertinentes ao documento. Matheus destacou que  
333 não faria sentido solicitar adequações da Nota Técnica para os municípios, pois o documento  
334 serve exatamente para orientá-los. Dulce acrescentou que não seriam largas contribuições,  
335 mas apontamentos de boas práticas dos municípios. Então, por ser um relato de boas práticas,  
336 Matheus sugeriu que fosse um movimento paralelo ao documento. Portanto, Dulce questionou  
337 ao pleno em manter a Nota Técnica apenas aos membros e especialistas — sem manifestações  
338 contrárias, aprovado. **9. Relato sobre Reuniões de Acompanhamento e Monitoramentos –**  
339 **Keiko:** O ponto de pauta foi transferido para a próxima reunião devido ao horário. **10.**  
340 **Informes Gerais:** Em relação ao PL sobre a proibição de distribuição de alimentos em  
341 Curitiba relatado no início da reunião, Matheus informou que já foi informado pelo NUCIDH  
342 de que o município se manifestou contrário à orientação da Câmara de Vereadores referente à



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO  
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM  
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ



343 retirada do Mesa Solidária da Região Central. Dulce informou que houve um retorno da  
344 Procuradoria e Secretaria Municipal de Saúde referente à denúncia recebida da Fazenda Rio  
345 Grande e este foi encaminhado por *e-mail* para todos (as) terem conhecimento de seu teor e  
346 quais medidas serão adotadas pelo município. Além disso, Dulce informou que foi realizada a  
347 visita em Ponta Grossa, onde foi produzido um relato que será apresentado pela Keiko na  
348 próxima reunião e que, os técnicos e a Presidente da Fundação de Ação Social de Ponta  
349 Grossa estavam bem imbuídos de abrir um CIAMP no município para que participem dos  
350 espaços juntamente ao CIAMPRua Estadual. Ademais, Dulce informou que quando algum  
351 membro do CIAMPRua/PR quiser realizar visitas individuais a partir do projeto de  
352 Monitoramento e Acompanhamento deve se manifestar para que sejam encaminhados os  
353 formulários para que agendem a visita e a façam por seus órgãos. Matheus registrou que as  
354 denúncias que chegam ao CIAMP são utilizadas paralelamente nos procedimentos internos da  
355 Defensoria Pública enquanto NUCIDH, inclusive as respostas, sendo muito importante essa  
356 troca de informações e acompanhamento por outras frentes. **11. Encerramento:** Em  
357 conclusão, Dulce agradeceu a presença e participação de todos (as) e em sua qualidade de  
358 Coordenadora deste colegiado, deu por encerrada a Reunião Ordinária do Comitê Intersetorial  
359 de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua do  
360 Estado do Paraná. A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e revisada por Dulce Darolt.  
361 Memória aprovada na Reunião Ordinária de Julho de 2023 do CIAMPRua/PR – ocorrida  
362 no dia 11/07/2023.